

# Sobre escolhas curriculares: uma investigação em um conservatório

## GTE 19 – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL

### Comunicação

*Nayane Nazaré Silva de Macedo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
nayanemacedo@gmail.com*

**Resumo:** Este trabalho é o recorte de uma pesquisa de mestrado já concluída que abordou o ensino de teoria musical por meio da análise da disciplina “Solfejo, Teoria e Percepção”, integrante do programa curricular desenvolvido em um conservatório de música, em Belém do Pará. Neste recorte, o objetivo é abordar como se deu a organização curricular por programas na referida instituição – que foram utilizados por, praticamente, quatro décadas –, por meio de dados bibliográficos, documentos, como o Projeto Político Pedagógico da instituição, e entrevistas com três ex-professoras do conservatório que estavam atuando na época em que tal organização foi iniciada. Os resultados da pesquisa contribuem para a compreensão do pensamento norteador da prática educacional naquela instituição; a partir do entendimento dessa realidade, o referido conservatório pode ser percebido como campo de pesquisa, cujas práticas merecem ser investigadas, discutidas e questionadas, visando contribuir para sua melhoria e atualização, e gerando reflexões sobre o ensino dentro de contextos semelhantes.

**Palavras-chave:** Conservatório, Organização curricular, Educação.

### Introdução

Este trabalho consiste em um recorte de pesquisa de mestrado já concluído, cujo tema abordou o ensino de teoria musical a partir da análise da disciplina “Solfejo, Teoria e Percepção” em um centenário conservatório de música, o Instituto Estadual Carlos Gomes - IECG, em Belém do Pará. Para a realização da referida pesquisa de mestrado, foram feitas entrevistas com ex-professoras da instituição para se compreender o percurso de implantação da disciplina e como ela foi organizada, descrevendo, dessa forma, sua trajetória e elucidando aspectos que fazem parte desse modelo. Sendo assim, este texto pretende destacar a narrativa da construção dessa organização curricular, a partir de dados bibliográficos e documentos encontrados, juntamente com as falas das entrevistadas – para complementar o que não foi encontrado em registro –, que contribuíram para o estudo de

uma parte da história do IECG e conseqüente reflexão sobre o ensino de música naquele contexto. O objetivo deste artigo é observar como se deu a organização curricular do modelo de ensino implantado no IECG – particularmente no ensino fundamental, ou curso básico –, conhecido como divisão por programas<sup>1</sup>.

O interesse por investigar esse processo tem relação com a perspectiva de conhecer determinada realidade antes de, nela, tentar qualquer intervenção, uma vez que “para compreender a história, não basta saber como são as coisas, mas como chegaram a ser o que são.” (Boas *apud* LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 21). Ao buscar tal compreensão, pretende-se contribuir para o entendimento de como se deu a implantação desse modelo de ensino no IECG e, como efeito, para a documentação histórica, pois não há registro oficial desse percurso.

O programa<sup>2</sup> aqui colocado como objeto de pesquisa, faz parte da estrutura curricular do curso de nível fundamental, ou curso básico, do IECG; cabe salientar que o Instituto possui os níveis fundamental, técnico e superior, porém, esta pesquisa se ocupará apenas do nível fundamental. Segundo o Projeto Político Pedagógico do IECG, datado de 2011, o curso fundamental é dividido em três programas, “A”, “B” e “C”, e cada seção compreende um grupo de instrumentos musicais que poderiam ser ofertados a um público de determinada faixa etária. O quadro abaixo demonstra como era realizada essa divisão:

**Quadro 1:** programas do curso fundamental do IECG.

Programas	A	B	C
Faixa etária	07 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos
Tempo do curso	07 anos	04 anos	03 anos
Instrumentos ofertados	Violino, piano, flauta doce e violoncelo	Instrumentos de madeira, metal, percussão, cordas friccionadas (menos violino), cordas dedilhadas	Canto lírico

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações contidas no PPP do IECG, de 2011.

O quadro acima suscita diversos questionamentos acerca das divisões apresentadas e de como elas foram implantadas e mantidas durante anos, tendo em vista que estão

<sup>1</sup> Este modelo de organização por programas ficou em uso no IECG até o ano de 2019.

<sup>2</sup> A descrição do programa foi realizada com base no PPP do IECG, de 2011.

alinhadas com o pensamento conservatorial, que privilegia a formação ainda na infância e contribui para uma ideia de hierarquização instrumental, tendo em vista que, segundo o quadro, quanto “mais difícil” for o instrumento, mais tempo o aluno deverá permanecer no curso. Além disso, a divisão etária do público alvo é vivamente relacionada a noções como precocidade, genialidade, amplamente difundidas na Europa do Século XIX. Sobre ela, Vieira (2001) enfatiza a prioridade dada pelos conservatórios às faixas etárias mais baixas:

A formação do músico [em conservatórios] leva cerca de uma década. Em vista dessa longa duração, os conservatórios, a exemplo das escolas [de educação básica], priorizam crianças e adolescentes na composição do alunado. (VIEIRA, 2001, p.31).

O intuito desta pesquisa não é o de suavizar e tampouco exacerbar os efeitos de um ensino “conservatorial”, mas propor uma reflexão sobre as práticas utilizadas, cujas raízes estão nesse modelo, presente tanto em espaços formais, quanto informais de ensino. Aqui não será realizada uma análise das disciplinas ou conteúdos bordados, o enfoque será dado nos caminhos seguidos para se chegar a esse modelo, esperando contribuir com futuras pesquisas que tratam do ensino de música em contextos conservatoriais.

Como já citado, além da análise bibliográfica e documental, entrevistas foram realizadas. Ao todo foram entrevistadas três ex-professoras que estavam atuando no Instituto no período em que as mudanças investigadas ocorreram. As entrevistadas são identificadas como Professora A, Professora, B e Professora C.

## **Sobre o IECG**

O objeto de estudo desta pesquisa – o percurso de desenvolvimento e implantação do modelo de ensino por programas “A”, “B” e “C” no IECG – torna necessário falar sobre esse centenário estabelecimento de ensino musical, para, por meio de seu histórico, compreender sua estrutura de ensino e suas práticas educativas, como aspectos do contexto com o qual esse modelo dialoga.

O IECG foi criado em 24 de fevereiro de 1895, como Departamento de Música da Academia de Belas Artes, denominado “Conservatório”, fruto da economia da borracha no Século XIX, e resultado das práticas de uma sociedade que tinha a cultura europeia como modelo a ser seguido (VIEIRA, 2001). Segundo Salles (1995), antes dele, no gênero

conservatório de música, só existiam o Imperial Conservatório de Música, no Rio de Janeiro, criado em 1841, e o Instituto Musical da Bahia, datado de 1895.

Salles (1995) informa que, para a direção do Conservatório, foi escolhido o maestro Antônio Carlos Gomes, que assumiu o cargo em 1896. Nesse período, o desenho curricular da instituição ficou da seguinte maneira: Contraponto e Composição, Elementos, Divisão e Solfejo, Harmonia, Anatomia e Fisiologia dos Órgãos Vocais, Língua Italiana, Língua Francesa, Literatura Poética e Dramática, História e Estética da Música, Piano, Violino, Canto, Flauta, Clarineta, Oboé e Corne Inglês, Fagote, Instrumentos de Metal, e Harpa. Vieira (2001) explica que o currículo do Conservatório seguia o padrão europeu, inclusive na divisão das disciplinas em teoria musical e prática instrumental. Carlos Gomes viveu somente alguns meses na capital paraense, falecendo em setembro de 1896. Após a sua morte, o Departamento de Música da Academia de Belas Artes transformou-se em instituição pública estadual de ensino e, em homenagem ao falecido maestro, o estabelecimento foi denominado Instituto Estadual Carlos Gomes.

Salles (1995) registra que, em 1908, o funcionamento do Instituto foi interrompido com a alegação de necessidade de economia nos gastos públicos, devido à crise no comércio da borracha. A reabertura do IECG foi possível somente com a mobilização de professores de música dali remanescentes ou ali formados, e com apoio político e da sociedade paraense. Assim, em 1929, o estabelecimento foi reinaugurado com a denominação “Conservatório Carlos Gomes”. Em 1930, o governo de Magalhães Barata transformou definitivamente o Conservatório em uma instituição pública de ensino, retomando o nome de “Instituto Estadual Carlos Gomes”.

Segundo Vieira (2001), as disciplinas ficaram, então, restritas a Teoria Musical, Harmonia, História da Música e Solfejo, Canto Solo e Coral, Violino e Piano. Ainda segundo a autora, naquele período, o corpo docente do Instituto passou a ser em sua maioria composto por professores de piano. Essa diferença quantitativa acerca da especificidade dos professores pode ser entendida como um efeito dos costumes da sociedade de então na estrutura da escola, pois a maioria dos registros existentes sobre aquele período faz referência ao curso de piano, muitas vezes não havendo registros dos cursos de violino e canto, que também eram ofertados (BARROS; ADADE, 2012).

## A divisão por programas

Quando eu estudei não era essa estrutura, porque depois que teve aquela reforma da lei 5.692, que transformou em 1º, 2º e 3º graus, levou anos para o Conservatório se adequar a essa estrutura. Então, ele continuava com aquela iniciação, preparatório. Eram 9 anos seguidos de instrumento, tanto que até o ano de [19]71 eles consideravam os diplomas expedidos por lá como nível de 3º grau. Por exemplo, o programa de piano que nós usávamos a partir do 6º ano já era programa do 3º grau, então todas as escolas de música do Brasil se adequaram, mas o conservatório ficou muitos anos... (Entrevista com a Professora A, em 26/09/2013).

Desde 1930 o IECG era considerado uma instituição de ensino superior, mas em 1970, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/1971, foi transformado em estabelecimento de ensino com curso técnico profissionalizante em nível de 2º grau – atual educação profissional técnica de nível médio –, como continua sendo até hoje. Essa transformação para estabelecimento de 2º grau gerou alterações na matriz curricular do Instituto, passando a haver uma divisão do currículo em dois níveis: fundamental ou básico, contemplando séries iniciais da formação musical; e técnico, que recebia orientação curricular legal de abrangência nacional.

Segundo Barros e Adade (2012), até então, as disciplinas teóricas eram: Teoria, Solfejo, História da Música, Harmonia, Harmonia Superior e as disciplinas práticas de instrumento e Canto Lírico. Com a mudança, foram incluídas no nível técnico as disciplinas Canto Coral I e II, Percepção I e II, História da Música I e II, Prática de Orquestra, Música de Câmara I e II, Leitura de Partituras, e Música Popular e Folclore. Nesse período, também houve reformulação do conteúdo programático dos instrumentos.

Ao que parece, até a década de 1970 o IECG seguia os moldes da Escola Nacional de Música do Rio de Janeiro. Após a necessidade de reformulação da escola, não fica claro se continuou adotando o programa dessa ou de outras instituições de ensino.

(...) antes da reforma da lei, o Conservatório Carlos Gomes seguia exatamente a Escola de Música do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aí vinham aqueles programas, tudo de acordo com eles. Depois que foi transferido 1º, 2º e 3º grau se viu o que era que estava sendo dado, e nos programas de 4 anos se juntou mais e nos programas de 7 anos dilatou mais, porque entendia que era o piano, então tinha que ter uma coisa mais lenta de ensino e o pessoal de canto tinha que correr mais, mas na realidade eles davam mesmo programa [a]os três grupos [no nível básico]. (Entrevista com a Professora A, em 26/09/2013).

Segundo o relato acima, quando a professora se refere aos “três grupos”, após a implantação da Lei 5.692/71 no IECG, houve uma mudança na organização do nível fundamental, que passou a ser em programas.

Em 1986 foi criada a Fundação Carlos Gomes - FCG, com o intuito de dar suporte e manter o IECG. Segundo Vieira (2001, p. 82), o “desenho institucional da Fundação Carlos Gomes seguia os traços da matriz FUNARTE e de outras fundações voltadas ao desenvolvimento da educação e da cultura, que vinham sendo criadas desde a década de setenta”. Dessa forma, o IECG não dependeria apenas dos recursos enviados pelo governo do estado, mas por meio da Fundação poderia captar recursos de outras fontes.

A partir da implantação da FCG, foram realizados investimentos para a contratação de professores de outras regiões do Brasil e do exterior para a reinstalação das cadeiras de sopros, de outros instrumentos de cordas friccionadas e percussão, bem como para a aquisição de instrumentos, possibilitando a reabertura de classes que o estabelecimento apresentara em sua origem. Este fato é confirmado por Barros e Adade (2012, p. 138); segundo as autoras, a “introdução de cursos de cordas e sopros aconteceu novamente em 1986, quando da criação da Fundação Carlos Gomes”.

Com a possibilidade de novas classes instrumentais, foi necessária uma nova organização para adequação destas. Uma das primeiras iniciativas da Fundação, além da reativação das turmas de sopros e cordas, foi a reorganização da orquestra do Instituto.

Nesta pesquisa não foram encontrados registros documentais das transformações ocorridas na matriz curricular do IECG por conta das mudanças geradas pela criação da Fundação Carlos Gomes, mas segundo algumas das entrevistas coletadas, professores vindos de outras localidades – tanto de outros estados do Brasil quanto do exterior – trouxeram novas ideias para o ensino do Instituto, inclusive para o ensino de teoria musical.

Eu não sei se tu te lembras, veio uma professora de fora, Lopatina [...] Ela fez uma modificação no programa. Até tinha um outro professor também, o Andi. (Entrevista com a Professora B, em 07/10/2013).

(...) nessa vinda de vários professores veio o professor Andi, que era professor de matéria teórica e também regeu a primeira *Big Band*. Ele tomou conta. Mas ele tinha muito conhecimento da parte teórica. (Entrevista com a Professora A, em 26/09/2013).

Os fatos descritos em ambos os depoimentos se situam nos anos de 1990, quando é possível perceber investimentos na reforma do ensino da teoria musical, quase duas décadas depois das mudanças provocadas pela LDB 5.692/71. O currículo resultante das mudanças já comentadas anteriormente conduziram para a divisão por programa apresentada.

A mudança por programas alterou a disposição em que os conteúdos eram ministrados, para se adequar à quantidade de anos que cada programa possuía, como por exemplo, na disciplina referente à teoria musical, “Solfejo, Teoria e Percepção”, cujo conteúdo é o mesmo para os três programas, mudando apenas a disposição destes em suas respectivas séries. Dependendo do programa, os assuntos poderiam ser vistos de maneira mais estendida, ou apresentados de maneira mais condensada. Mas ao final do curso básico, todos deveriam ter estudado o mesmo conteúdo programático. No curso fundamental, além da disciplina de prática instrumental, os alunos também estudavam teoria musical em STP; somente após ingressarem no curso técnico é que eram acrescentadas as demais disciplinas, como canto coral, música de câmara etc.

(...) o conteúdo, o programa continuou o mesmo, só que adaptamos para 4, 7 anos e para 2. [...] o conteúdo, o que é dado no 1º grau é todo aquele conteúdo que é necessário para o aluno partir para o 2º grau. Qualquer membro de música que for olhar a sequência dos pontos pelo índice, tudo que tem lá é dado. (Entrevista com a Professora A, em 26/09/2013).

Quando essa organização curricular foi implantada, o Instituto ainda estava passando por uma fase de contratações de novos professores, ou seja, muitas classes de instrumento ainda estavam em formação. Como mencionado, os investimentos realizados para a contratação de novos professores para a inserção ou reativação de determinadas classes instrumentais aconteceram na década de 1980, enquanto a teoria musical só foi reformulada na década de 1990, também por conta dos novos professores. O relato a seguir demonstra a influência dos novos professores nas modificações realizadas no ensino de teoria musical, e que ainda se mantêm:

Eu tenho impressão que sim, porque o Andi veio de fora, então ele deve ter colocado alguma coisa, não é? A professora Irina era da Rússia, ela não entendia muito do que se falava, mas era excelente, ela dava “uma aula” e ainda com pouco vocabulário! Eu assistia aula com os alunos e eles queriam achar graça. [Se] faltava alguma coisa para ela dizer e tal, os professores

tinham que estar na sala para ajudar um pouquinho no que ela queria fazer, entendeu? Ela era ótima! (Entrevista com a Professora A, em 07/10/2013).

No PPP não há esclarecimento acerca dos critérios de definição das idades que compõem essa divisão por faixa etária, bem como nada há que justifique a vinculação entre a idade dos alunos e os instrumentos que lhes é permitido escolher. Mas segundo o trecho a seguir, da professora A, essa divisão foi feita pelo seguinte motivo:

É o seguinte: porque antes a gente tinha a teoria e o solfejo juntos. Outra coisa: o aluno entrava porque com a vinda dos estrangeiros nós começamos a ter instrumentos de sopro, quer dizer... Violão, já tinha o violão popular, mas depois começou o violão erudito, outros instrumentos de cordas, que é o caso do contrabaixo, o *cello*, a viola. Então, começaram a perceber que como o aluno entrava com mais idade, nós começamos a limitar as idades. Por exemplo: quem ia fazer piano e violino tinha que estar entre 7 a 9 anos, porque tinha que pegar o curso mais longo; instrumentos de sopro eram de 9 a 14; e a partir de 15 anos até 18 era canto. Com isso, teve que se separar os programas - o programa A, B e C. Eu acho que tu pegaste esses programas... Porque o programa A eram 7 anos de 1º grau, o programa B, 4 anos e o programa C, 2 anos. Porque a gente... Vamos dizer, considerava que um aluno de 15 anos ele tinha possibilidade de fazer um curso mais rápido, ele não precisava estudar 7 anos para ir para o 2º grau. Era justamente por isso que a gente tinha que pegar crianças que, quando estivessem no 2º grau, estivessem também no 2º grau da escola. Por isso [também] foi dividido. Essas conversas todas foram chegando para definir isso. [...] Sopro, uma parte de cordas - só o violino que entrava no programa junto com piano, porque aí as crianças tinham que começar [cedo], era a explicação... Os professores de instrumento também participaram [dessas decisões], porque tinha que dizer: "Não, não adianta um aluno de 15 anos entrar para o violino", por parte toda muscular da criança. A mesma coisa o piano, quer dizer, um jovem de 15 anos como é que vai estudar piano? A mão dele já não vai mais formar. Em compensação, o violoncelo e o contrabaixo, que também são instrumentos de cordas, eles já exigem uma criança maiorzinha, você não pode colocar [uma criança] de 7 anos, a não ser que seja tudo instrumento pequenino, como é o Suzuki, não é? Mas não era o nosso caso, a gente não podia ter esses detalhes todos. Então, nós fomos adaptando, de acordo... Foi depois que entraram os professores de outros instrumentos, por isso que houve a necessidade da teoria mudar também. (Entrevista com a professora A, em 26/10/2013).

De acordo com o relato acima, a divisão dos programas "A, B, e C", assim como a faixa etária e os instrumentos que compoem cada um, foram realizadas por conta das novas classes instrumentais retomadas na década de 1980.

As faixas etárias do curso básico/fundamental do IECG foram definidas de maneira que o aluno cursasse ao mesmo tempo o ensino médio na escola de educação básica e o



curso técnico no Instituto, de modo que concluisse ambos ao mesmo tempo, para ingressar no curso superior. Vale acrescentar que, embora não seja mencionado pela Professora A, existem dispositivos legais (LDB nº 9.394/1996, Resolução nº 4/1999 – CNE/CEB, Decreto nº 5.154/ 2004 e Resolução nº 1/2005 – CNE/CEB) que tratam sobre a articulação do ensino técnico de nível médio com o ensino médio da escola de educação básica. Como efeito, o diploma de técnico em nível médio só pode ser expedido face à conclusão do ensino médio na escola de educação básica (§ 1º do Art. 14 da Resolução nº 4/1999 – CNE/CEB). Esses dispositivos, mesmo sendo posteriores às reformulações no ensino do IECG, constringem à definição de faixa etária por nível de ensino, tal qual acontece com a escola de educação básica.

Outro aspecto que se percebe nessa organização por faixa etária é: quanto mais idade o aluno possuir no momento de ingresso, menor será o tempo que ele passará na formação fundamental e técnica em música do IECG, visto que é idealizado que ao completar a idade para ingressar em universidade, já terá que ter concluído o curso profissionalizante. Esse fato demonstra um pensamento por parte da Instituição de que apenas se pode entrar na universidade com uma idade “x”, mas que não condiz com a realidade atual.

## **Considerações finais**

A narrativa descrita neste trabalho traça como foi sendo estabelecida a forma de organização do ensino de nível fundamental no IECG, destacando as influências que ocorreram para esse desdobramento, presentes tanto nos documentados bibliográficos, quanto no PPP, como no que foi descrito pelas entrevistadas.

O IECG não foge à regra dos contextos formativos dos conservatórios de música, baseados no modelo de ensino europeu, com práticas e escolhas que privilegiam uma determinada cultura e uma determinada música, dentre outras características; sendo assim, o modelo conservatorial faz parte da estrutura desse Conservatório.

O modelo conservatorial apresenta uma estrutura material, que envolve relações e instituições sociais, entre outros aspectos objetivos, presentes no mundo social. Abrange, também, representações, observáveis por meio da manifestação de valores, noções ou crenças nas relações sociais ou em outros aspectos estruturais, resultantes dessas relações. (VIEIRA, 2001, p.61).

Esses valores que são mencionados por Vieira (2001) podem ser visualizados na trajetória descrita diante das escolhas realizadas para a organização do programa em “A, B e C”, tendo em vista que tal organização mantém uma divisão onde se limita a possibilidade de se aprender um instrumento musical, baseada em uma determinada faixa etária, o que acaba também influenciando a duração do curso.

Segundo as informações coletadas, esta divisão aconteceu por questões relacionadas à lei 5.692/71, onde o IECG passou a ser estabelecimento de grau técnico e não mais superior, como antes. Juntamente com a lei, as transformações ocorridas com a criação da FCG e a contratação de professores de outros locais, influenciaram a organização dos programas “A, B e C”. Porém, também é possível observar que as escolhas envolvem elementos que vão além das leis e estrutura organizacional, como aquisição de instrumentos.

Essa organização privilegia o pensamento hierárquico entre classes instrumentais, determinando que alguns instrumentos demandam mais tempo de aprendizagem por serem mais complexos que outros, justificando a diferença de tempo entre os cursos, assim como a determinação da faixa etária por instrumento, que além de estar relacionada com a duração do curso – quanto mais tempo de curso, mais novo o aluno deveria ingressar –, também está atrelada à crença de que em alguns instrumentos, como piano e violino, apenas crianças podem desenvolver-se satisfatoriamente e seguir uma carreira profissional, tendo em vista que o propósito do curso é o de formar instrumentistas para atuarem em diversas modalidades (IECG, 2011).

Outro ponto a se destacar é a questão da influência externa nessa organização, advindo da contratação de novos professores que em sua maioria vinham de fora do estado e até do país, sendo possível fazer um paralelo com o período inicial do Instituto, que foi criado com participação de músicos de outras localidades. Agora, em outra fase, novamente o exterior traz modificações na forma de se organizar este ensino, sempre procurando manter uma proximidade com os moldes europeus.

Sendo assim, é possível observar como esta construção se deu tanto no âmbito formal, das leis, quanto nas práticas entre seus agentes, e que esse *habitus* conservatorial (PEREIRA, 2013) tem sido modificado e renovado ao longo dos anos, tendo em vista que esta organização foi iniciada na década de 1980 e se manteve ativa até o ano de 2019, sendo reproduzida na formação de diversas gerações.

Este trabalho pretendeu contribuir para a reflexão sobre escolhas e permanências curriculares dentro do ensino de música, seja num contexto conservatorial, ou nos demais que se assemelham.

## Referências

BARROS, Líliam Cristina da Silva; ADADE, Ana Maria. (Org.). *Memórias do Instituto Estadual Carlos Gomes: 1895 – 1986*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2012.

INSTITUTO ESTADUAL CARLOS GOMES. Projeto Político Pedagógico. Belém: IECG, 2011. Digitalizado.

LÉVI-STRAUSS, Claude. História e Etnologia. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia Estrutural*. 3. ed. RJ: Tempo Brasileiro, 1989 [1958].

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. *O ensino superior e as licenciaturas em música: um retrato do habitus conservatorial nos documentos curriculares*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.

SALLES, Vicente. *Memória histórica do Instituto Carlos Gomes*. Brasília: micro-edição do autor, 1995.

VIEIRA, Lia Braga. *A construção do professor de música: o modelo conservatorial na formação e atuação do professor de música em Belém do Pará*. Belém: Cejup, 2001.